



Pedro Câmara Municipal de São

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO Nº 53/2024

REF. PROJETO DE LEI Nº 59/2024

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar subvenção social complementar à entidade assistencial, conforme especifica e dá outras providências.”

A Câmara Municipal aprova, nos seus termos, o Projeto de Lei em referência, de autoria do Poder Executivo e DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, fundamentadamente e nos limites das possibilidades financeiras, ao repasse de subvenção social complementar para cobrir despesas de custeio da seguinte entidade privada de caráter assistencial, sem finalidades lucrativas, no valor respectivamente indicado, sendo recursos financeiros oriundos do Governo Federal e provenientes da Emenda nº 202415270016, a saber:

01	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede na Rua Odila Vaio, 13, São Judas, São Pedro/SP, associação civil de direito privado, de natureza filantrópica e caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com vinculação ao serviço de promoção e articulação de ações de defesa de direitos da pessoa com deficiência desde a concepção até a velhice, com prestação de serviços de apoio às famílias e atividades afins, inscrita no cadastro nacional de pessoas jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº CNPJ 96.511.456/0001-95, declarada de utilidade pública conforme Lei nº 2.185/98, credenciada desde 2012 no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS sob o nº 03, com cadastro na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS/PS 5038/1998, inscrição no Conselho Estadual de Entidades CRCE 0527/2013, Certificada como Entidade beneficente de assistência social pelo Ministério de Desenvolvimento Social, conforme Portaria nº 123/2018, item 18, credenciada junto ao CNEAS.	MUNICIPAL	R\$0,00
		MUNICIPAL – ENSINO ESPECIAL	R\$0,00
		ESTADUAL	R\$0,00
		FEDERAL	R\$134.208,00



Pedro Câmara Municipal de São

Estado de São Paulo

§ 1º O valor de que trata o caput deste artigo deverá complementar a subvenção social autorizada pela Lei nº 4.534, de 22 de dezembro de 2023, e o efetivo repasse dependerá da assinatura de instrumento aditivo ao termo de colaboração ou fomento firmado entre as partes, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 2º A presente lei autorizativa de despesa perfaz mero ato formal orçamentário previsto nos Arts. 4º, I, 'f' e 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de modo que não cria obrigações para o Poder Público e não gera qualquer direito subjetivo material em favor da entidade, ficando a transferência do valor condicionada à efetiva existência do recurso respectivo.

Art. 3º Ficam mantidos e reiterados os integrais termos da Lei nº 4.534/2023, em especial o disposto no § 2º do Art. 7º da referida norma legal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro, 29 de maio de 2024.



Adilson de Jesus
Presidente da Câmara

Elias Candeias
1º Secretário